

**AgRg nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 193.387 - SP
(2012/0127121-3)**

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
AGRAVANTE : LUIZ FERNANDO BRANDT
ADVOGADOS : EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - SP021082
MARY LIVINGSTON - SP050783
SYLAS KOK RIBEIRO - SP138414
ALEXANDRE DAIUTO LEÃO NOAL - SP251410
PEDRO HENRIQUE MENEZES QUEIROZ - SP320577
PAMELLA CARDOSO DE ARAUJO - SP309126
LAURA GASPARIAN TKACZ - SP408685
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. ART. 6.º DA LEI N.º 7.492/86. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por **LUIZ FERNANDO BRANDT** contra a decisão monocrática de fls. 2.506-2.513, de lavra da e. Min. Laurita Vaz, assim ementada:

"AGRAVOS EM RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. ART. 6.º DA LEI N.º 7.492/86. RECURSO DE ANTÔNIO ABEL GOMES DAVID. EMENDATIO LIBELLI. CARACTERIZADA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 564, INCISO II, ALÍNEA B, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. RECURSO DE LUIZ FERNANDO BRANDT. INCIDÊNCIA DO VERBETE SUMULAR N.º 211 DESTA CORTE. TESE DE INÉPCIA DA DENÚNCIA. PRECLUSÃO. APELAÇÃO MINISTERIAL. TEMPESTIVIDADE COMPROVADA. DOSIMETRIA FUNDAMENTADA. PRETENSÃO DE ABSOLVIÇÃO. REEXAME DO SUBSTRATO PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO VERBETE SUMULAR N.º 07 DESTA CORTE. AGRAVO CONHECIDOS PARA NEGAR SEGUIMENTO AOS RECURSOS ESPECIAIS."

Nas razões do regimental, o agravante pretende seja "i) anulado o processo desde o início, em razão de denúncia inepta; ii) anulada a sentença,

uma vez que o Agravante foi condenado por fatos não descritos na denúncia, iii) reduzida a pena base no mínimo legal, em razão das circunstâncias judiciais consideradas negativas serem ínsitas ao tipo penal em questão, retirada a circunstância agravante, por incorrer no princípio do ne bis in idem, diminuída a pena, uma vez que não houve prática de crime, quanto menos a prática de mais de um crime, como será oportunamente demonstrado e, por fim, reduzida a pena de multa no mínimo legal" (fl. 2.629).

A d. Subprocuradoria Geral da República apresentou contraminuta ao agravo regimental pugnando, preliminarmente, pelo **indeferimento do pedido de reconhecimento da extinção da punibilidade do requerente em face da ocorrência da prescrição intercorrente** e ainda, pelo não conhecimento do agravo (fls. 2.686-2.693).

É o relatório.

Decido.

Em que pese os argumentos apresentados pelo Ministério Público Federal, de fato, houve o transcurso do prazo prescricional em relação aos delitos, tratado nestes autos.

Consta dos autos que o juízo singular condenou o ora agravante **LUIZ FERNANDO BRANT** pela prática dos delitos previstos nos arts. 6º e 16 da Lei 7492/1986, respectivamente à pena de 2 (dois) e 11 (onze) meses de reclusão, além de 40 (quarenta) dias-multa, e 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, além de 23 (vinte e três) dias-multa.

A sentença condenatória foi publicada em **18/1/2008**.

O eg. Tribunal Regional Federal da 3ª Região deu provimento ao apelo da acusação para, mantendo a sentença condenatória, majorar as penas aplicadas aos réus, fixando-as da seguinte forma: **3 (três) anos de reclusão para cada delito previsto no art. 6º da Lei 7.492/1986, e pena de 1 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão para o delito previsto no art. 16 da Lei 7.492/1986.**

A Defesa interpôs recurso especial, que foi inadmitido pelo Tribunal **a quo**. Nesta oportunidade, foi reconhecida a prescrição da pretensão punitiva retroativa com relação ao delito previsto no **art. 16 da Lei 7.492/1986**, porquanto entre a data do recebimento da denúncia e a sentença transcorreu prazo superior a 4 (quatro) anos (art. 110, § 1º, do Código Penal).

Apresentado o respectivo agravo, este foi conhecido para negar seguimento ao recurso especial (fls. 2.506-2.513).

Opostos embargos de declaração, este foram rejeitados (fls. 2.567-2.573).

Em razão do julgamento do **HC 130.373/SP**, impetrado no col. Supremo Tribunal Federal, no qual, embora não conhecido, foi concedida ordem de ofício para *"desconstituindo o trânsito em julgado da decisão que rejeitou, em 10/02/2015, os embargos de declaração opostos pelo ora paciente (AREsp 193.387-EDcl/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER), reabrir-lhe o prazo de interposição do recurso de agravo interno, mediante prévia e regular publicação do ato decisório em causa, de que deverão constar os nomes de seus ilustres e atuais Advogados (Dr. Sylas Kok Ribeiro e Dra. Pâmella Cardoso de Araújo" (fl. 2.792).*

Assim, retornando os autos a tramitarem nesta Corte Superior, necessária a análise da prescrição da pretensão punitiva intercorrente, prevista no art. 110, § 1º, do Código Penal, que tem por parâmetro a pena imposta em concreto e cujo marco inicial é a publicação da sentença condenatória, sendo o marco final o trânsito em julgado para ambas as partes.

Nesse rumo, conforme disciplinado no artigo 109, IV, do Código Penal, ocorre a prescrição da pretensão punitiva no **prazo 8 (oito) anos** se a pena aplicada for superior a 2 (dois) anos e não exceder 4 (quatro) anos.

Assim, cabe reconhecer, de fato, a prescrição da pretensão punitiva, pois **passados mais de 8 (oito) anos**, entre a publicação da sentença condenatória (**18/1/2008**) e a data atual, sem a ocorrência de outro marco interruptivo.

Cumprе ressaltar que **não prospera** a pretensão do **Parquet** de considerar o acórdão confirmatório da condenação como marco interruptivo do lapso temporal da prescrição.

É certo que a jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que **o acórdão confirmatório da condenação não é causa interruptiva da prescrição**. Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DE NOVO MARCO INTERRUPTIVO DA PRESCRIÇÃO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, o acórdão que confirma a condenação não constitui marco interruptivo da prescrição.

2. Transcorrido lapso temporal superior a 3 anos desde a publicação da sentença condenatória, último marco interruptivo da prescrição, até a presente data, opera-se a prescrição da pretensão punitiva estatal.

3. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 394.467/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe 26/02/2018).

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME TRIBUTÁRIO. SONEGAÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO PENAL. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENÇÃO DE PRIMEIRO GRAU. MARCO INTERRUPTIVO QUE NÃO SE CONFIGURA. OMISSÃO INOCORRENTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. O acórdão embargado espelha posicionamento claro, adequado e suficiente, que segue, inclusive, a jurisprudência pacificada na Terceira Seção desta Corte Superior, no sentido de que [...] o acórdão confirmatório da condenação, ainda que modifique a pena fixada, não é marco interruptivo da prescrição (AgRg nos EAREsp 19.380/PI, Rel. Ministro ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, Terceira Seção, julgado em 27/4/2016, DJe 2/5/2016).

2. A orientação prevalecente neste Tribunal Superior leva em consideração o art. 117, IV, do CP, que qualifica como causa interruptiva da prescrição a publicação da

sentença ou acórdão condenatórios recorríveis. Por dedução, é possível inferir da redação do texto legal que o acórdão apenas confirmatório da condenação não foi eleito pelo legislador ordinário como hipótese de interrupção do prazo prescricional.

3. O embargante não logrou demonstrar a ocorrência de qualquer dos fundamentos legais capazes de justificar o manejo do recurso integrativo, ficando nítida, apenas, a sua pretensão de provocar o re julgamento da causa.

4. Embargos de declaração rejeitados" (EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1409921/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 07/12/2017).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENAÇÃO. NATUREZA DECLARATÓRIA. CAUSA INTERRUPTIVA. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O curso da prescrição interrompe-se pela publicação da sentença ou do acórdão condenatório recorrível, o que for prolatado em primeiro lugar. Tal marco, em uma interpretação mais elástica, também pode alcançar eventuais arrestos que modifiquem substancialmente a imputação.

2. O acórdão que apenas confirma a sentença de primeiro grau, sem decretar nova condenação por crime diverso, não configura marco interruptivo da prescrição, ainda que haja reforma considerável na dosimetria da pena. Precedentes.

3. Agravado condenado, por sentença publicada em 17/10/2012, a 2 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial aberto, mais multa, como incurso no art. 304, c/c os arts. 297 e 71, todos do Código Penal. Aresto proferido em apelação, que manteve o tipo penal, mas reduziu a pena para 2 anos de reclusão. Transcorridos mais de 4 anos desde a publicação da sentença sem que haja ocorrido o trânsito em julgado do édito condenatório, é correto o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal pela instância antecedente.

4. Agravo regimental não provido." (AgRg no AREsp 1155786/AM, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe 04/12/2017).

"AGRAVO REGIMENTAL EM PETIÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRESCRIÇÃO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENAÇÃO, MAS QUE MAJOROU A PENA APLICADA. NÃO OCORRÊNCIA DE NOVO MARCO INTERRUPTIVO DA PRESCRIÇÃO. PRESCRIÇÃO CARACTERIZADA.

1. Nos termos do art. 117 do Código Penal, o prazo prescricional interrompe-se pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis. O acórdão que confirma a condenação, mas majora ou reduz a pena, não constitui novo marco interruptivo da prescrição. Precedentes: AgRg nos EDcl no AgRg no Ag 1.112.682/SP, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 1º/3/2016, DJe 9/3/2016; AgRg no AgRg no REsp 1.393.682/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 28/4/2015, DJe 6/5/2015, HC 243.124/AM, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 20/8/2012 .

2. Hipótese em que o agravado foi condenado a penas superiores a 4 e inferiores a 8 anos de reclusão, incidindo, portanto, o prazo prescricional de 12 anos, nos termos do disposto no art. 109, inciso III, do Código Penal.

3. Da última causa interruptiva da prescrição, a publicação da sentença condenatória, em 24/1/2002, até a decisão agravada, observa-se o transcurso de mais de 12 anos para ambos os crimes imputados ao réu. Não tendo sido iniciado o cumprimento da pena nem tendo ocorrido nenhuma outra causa interruptiva, está caracterizada a prescrição.

Agravo regimental improvido" (AgRg no RE nos EDcl no REsp 1301820/RJ, Corte Especial, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 24/11/2016).

Ante o exposto, **declaro extinta a punibilidade** de **LUIZ FERNANDO BRANT**, em relação aos delitos previstos no **art. 6º da Lei 7.492/1986**, tratado no processo criminal n. 0005341-64.2003.4.03.6181, nos termos do art. 107, inciso IV, do Código Penal.

Prejudicada, assim, a análise do agravo regimental.

P. e I.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator